

EDUCAÇÃO NAS PRISÕES: PESQUISAS E PESQUISADORES¹

Education in prisons: research and researchers

FIDALGO, Fernando Selmar Rocha²

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro³

RESUMO

A compreensão do desenvolvimento da formação de recursos humanos e da constituição dos grupos de pesquisa no Brasil, entre os anos 1987 e 2019, sobre a temática da educação nas prisões é a contribuição principal deste artigo. A constatação preliminar era de que o campo temático das prisões enfrentava muitas dificuldades para se estabelecer em todas as áreas do conhecimento e, sobretudo, na área da educação. Primeiramente, foi realizado um levantamento bibliográfico exaustivo no Banco de teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), seguindo um modelo já desenvolvido no âmbito de uma cooperação técnica entre a UFMG e o DEPEND-MJ (2010-2012) que deu origem ao ONASP (Observatório Nacional do Sistema Prisional). As informações coletadas são aquelas disponibilizadas pelo referido Banco de Teses e dissertações defendidas entre os anos de 1987 a 2019, junto aos Programas de Pós-Graduação das redes pública e privada e que trataram de questões concernentes ao universo prisional brasileiro. Os caminhos e descaminhos para a constituição da subárea Educação nas prisões no Brasil são evidenciados. Foram também utilizadas como fonte a Plataforma Lattes e o Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq. Ao final são apresentadas algumas conclusões sobre as possibilidades e dificuldades de desenvolvimento deste campo temático na formação de quadros.

Palavras-chave: Educação nas prisões; Sistema Prisional brasileiro; Pesquisas e pesquisadores

ABSTRACT

Understanding the development of human resources training and the constitution of research groups in Brazil, between 1987 and 2019, on the theme of education in prisons is the main contribution of this article. The preliminary finding was that the thematic field of prisons faced many difficulties in establishing itself in all areas of knowledge and, above all, in the field of education. First, an exhaustive bibliographic survey was carried out in the Theses and Dissertations Bank of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), following a model already developed within the scope of a technical cooperation between UFMG and DEPEND-MJ (2010-2012) which gave rise to the ONASP (National Observatory of the Prison System).

1 Resultados da pesquisa “Educação nas prisões: pesquisas e pesquisadores (2019-2020)” realizada no período de Pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, com financiamento do CNPq através de Bolsa de Produtividade em Pesquisa.

2 Doutor em História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), Mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Professor Visitante na Universidade Federal do Rio Grande e Professor Titular aposentado na Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: fidalgo@furg.br

3 Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Graduação em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Professora aposentada da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e Pós-doutoranda na Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: dorinhapuc@hotmail.com

The information collected is that made available by the aforementioned Bank of Theses and dissertations defended between the years 1987 to 2019, with the Postgraduate Programs of the public and private networks and that dealt with issues concerning the Brazilian prison universe. The paths and detours for the constitution of the Education sub-area in prisons in Brazil are highlighted. The Lattes Platform and the CNPq Research Group Directory were also used as sources. At the end, some conclusions are presented about the possibilities and difficulties of developing this thematic field in the training of staff.

Keywords: Education in prisons; Brazilian Prison System; Research and researchers.

INTRODUÇÃO

A análise da formação de recursos humanos e da constituição dos grupos de pesquisa no Brasil, entre os anos 1987 e 2019, sobre a temática da educação nas prisões foi objeto da investigação que apresentamos aqui os seus resultados. A constatação preliminar era de que o campo temático das prisões enfrenta muitas dificuldades para se estabelecer em todas as áreas do conhecimento e, sobretudo, na área da educação. Primeiramente, foi realizado um exaustivo levantamento bibliográfico no Banco de teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), seguindo um modelo já desenvolvido no âmbito de uma cooperação técnica entre a UFMG e o DEPEN-MJ (2010-2012) que deu origem ao ONASP (Observatório Nacional do Sistema Prisional) (FIDALGO; FIDALGO, 2017). As informações coletadas são aquelas disponibilizadas pelo referido Banco de Teses e Dissertações defendidas entre os anos de 1987 a 2019, junto aos Programas de Pós-Graduação das redes pública e privada e que trataram de questões concernentes ao universo prisional brasileiro. A pesquisa parametrizada com as palavras-chave sistema prisional; prisões; cárcere; encarceramento; penitenciárias. Pretende-se aqui demonstrar os caminhos e descaminhos para a constituição da subárea Educação nas prisões no Brasil.

Foram também utilizadas como fonte a Plataforma Lattes e o Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq, com os dados da primeira fonte, buscamos acompanhar o que os mestres e doutores formados no período continuaram produzindo, suas publicações, pesquisas e engajamento com a temática das prisões. No diretório focamos nosso olhar em que grupos de pesquisa e em que momentos estes mesmos pesquisadores participaram. Foi realizado o cruzamento dos diferentes dados e, ainda, dos vinte e oito doutores formados no período foram analisadas as referidas teses.

O debate sobre o sistema prisional no Brasil é repleto de lacunas, com pouco repercussão midiática, excetuando-se os momentos críticos de motins e rebeliões e, por vezes, pela apresentação do caos instaurado pela superlotação e pelas péssimas condições infra-estruturais. No cárcere habita um submundo de pessoas invisíveis, especialmente tendo em vista o clima social atual em que uma significativa parcela da sociedade é estimulada pelos governantes de plantão e pela própria mídia a perceber a prisão somente como punição, ou até mesmo como vingança, deixando seu caráter de ressocialização em um plano adormecido. A problema da invisibilidade do cárcere parece também tomar conta de todos os que trabalham ou se preocupam com a questão dos direitos humanos e da necessidade de humanização do cumprimento da pena.

Os pesquisadores tornam-se também invisíveis, juntamente com as temáticas que pesquisam e quando vêm a público frequentemente são taxados como defensores

de bandidos. Este elemento já nos fornece pistas das dificuldades que enfrentam os que se dedicam a estas problemáticas do encarceramento.

Neste sentido, então, a investigação apresentada a seguir verificou se os mestres e doutores formados ao longo dos últimos 32 anos continuam produzindo trabalhos, formando novos pesquisadores, participando de grupos de pesquisas, publicando na área para tratar destas questões tão complexas. Em um segundo momento, o enfoque ficou voltado somente para os que completaram sua formação em pesquisa no nível do doutorado.

Numa próxima fase da pesquisa (2021-2022), far-se-á uma enquete qualitativa para saber as razões que levaram os pesquisadores que defenderam dissertações e teses sobre o sistema prisional a abandonarem esta perspectiva.

Teses e dissertações sobre educação nas prisões

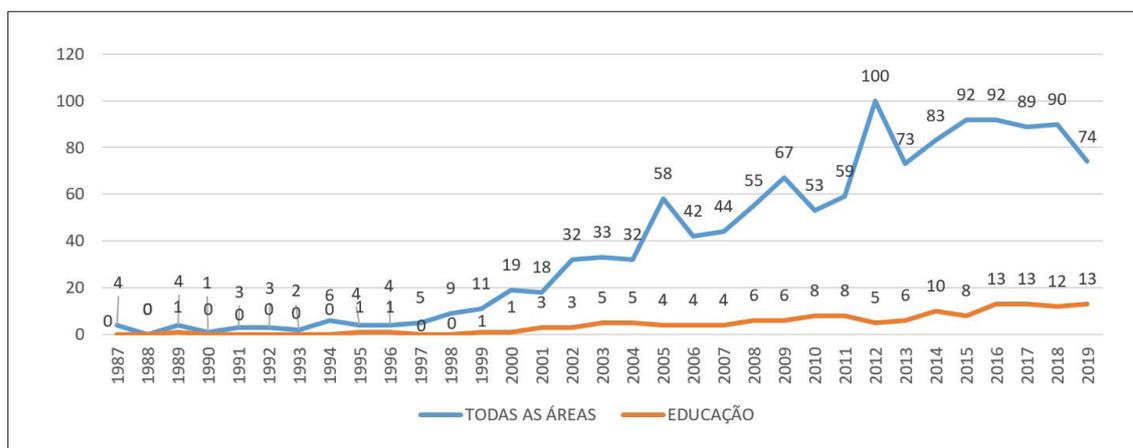
Como opção metodológica restringiu-se a investigação à formação no nível de mestrado e de doutorado, tendo em vista que a pesquisa científica em geral e, mais especificamente, na grande área de humanas é realizada em cursos de pós-graduação *stricto sensu* (CURY, 2005).

O esforço científico foi de buscar compreender melhor a própria constituição do que denominamos de subárea da educação nas prisões, que engloba todo o trabalho de pesquisa na área de educação que tem como campo científico a educação. Para isto são apresentados, inicialmente, dados gerais da produção acadêmica em todas as áreas do conhecimento e, posteriormente, o enfoque no desenvolvimento do campo de produção de conhecimentos sobre as prisões na área de educação.

No Gráfico 1, é possível observar que entre os anos de 1987 e 2019 foram defendidas 1261 teses e dissertações em todas as áreas do conhecimento. Pode-se perceber que a partir de 2002 passou a ocorrer um incremento significativo de defesas, embora os números totais ainda sejam muito baixos e aquém das necessidades de pesquisa no campo.

Na área da educação, somente a partir de 2002 há um incremento no número de defesas, mas com números totais muito insignificantes (com 3 defesas naquele ano). Somente em 2014 é que a área forma sua primeira dezena em um mesmo ano, chegando a 13 trabalhos como o teto de defesas nos últimos 4 anos (2016-2019). Comparado ao crescimento de todas as áreas juntas é possível perceber que a educação nas prisões é pouco significativa no conjunto da sua própria área do conhecimento - a Educação - já que, segundo os dados da Capes, somente em 2017, por exemplo, no geral, foram 3334 defesas de dissertações e 1381 teses de doutorado (BRASIL, 2020a).

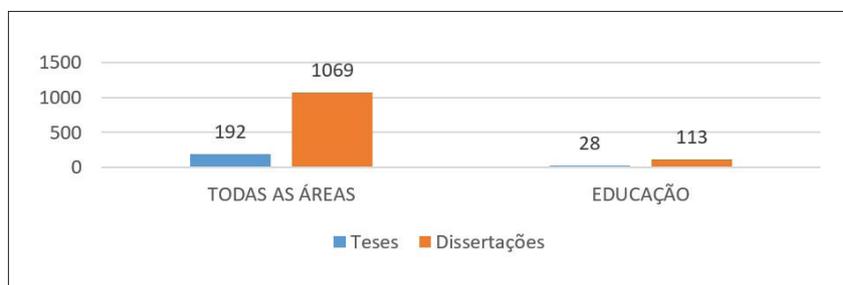
GRÁFICO 1. TESES E DISSERTAÇÕES POR ANO DE DEFESA - 1987 - 2019



Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.
Dados organizados pelos autores.

Ao se considerar que para a reprodução da força de trabalho no campo da pesquisa científica é preciso ter o título de doutorado que é a condição mínima para orientar teses e dissertações, identifica-se, no Gráfico a seguir, mais uma fragilidade da produção na área. Em todas as áreas do conhecimento o doutoramento representa apenas 18% do total, e na área de educação, representa do total apenas 2,6%. Os mestrados representam 76% do total de defesas.

GRÁFICO 2. DEFESAS DE TESES E DISSERTAÇÕES POR ÁREA DO CONHECIMENTO - 1987 - 2019



Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.
Dados organizados pelos autores.

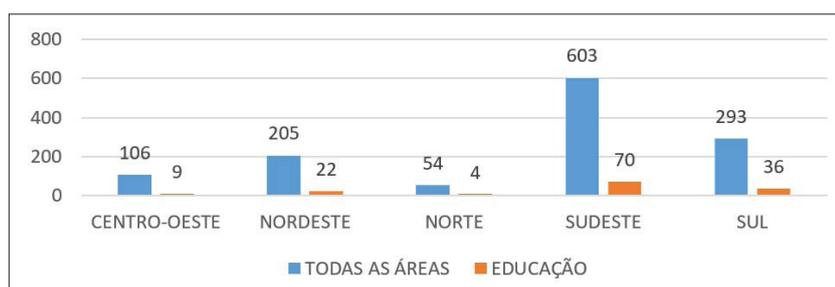
É importante ressaltar que na temática da educação prisional, a primeira defesa de tese data de 2001 e foi defendida na USP. Pode-se assim afirmar que essa é uma temática para a formação de doutores em educação bastante recente. Em outras áreas, como o Direito e a Psicologia, por exemplo, as primeiras defesas de teses sobre o sistema prisional ocorreram em 1994.

Posteriormente, será apresentado um pouco da trajetória dos 28 doutores formados ao longo do tempo na temática da educação nas prisões: se estão participando ou não da orientação de novos quadros, se participam de grupos de pesquisa e/ou publicam sobre a temática.

PESQUISAS POR ÁREA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Verificar o desenvolvimento de um campo de pesquisa no Brasil requer, também; compreender onde as formações estão ocorrendo. No Gráfico a seguir, está demonstrada a distribuição regional das teses e dissertações no território brasileiro. Este aspecto não parece ser novidade, pois a produção acadêmica no Brasil concentra-se na Região Sudeste, seguida da Região Sul. Este dado parece espelhar o fato de que as principais instituições e programas de pós-graduação concentram-se nestas regiões, assim como, as unidades do sistema prisional. BRASIL (2020b).

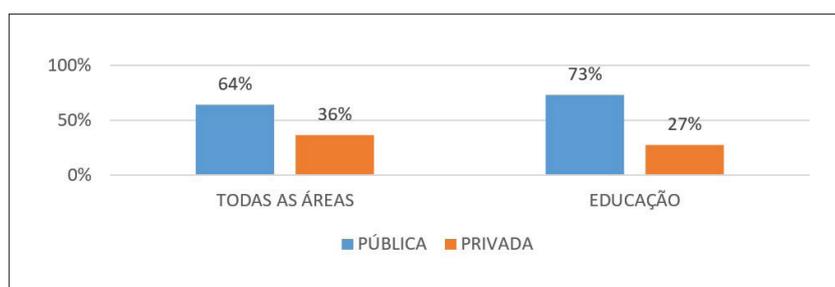
GRÁFICO 3. TESES E DISSERTAÇÕES POR DISTRIBUIÇÃO REGIONAL - 1987 - 2019



Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.
Dados organizados pelos autores.

Quando o crivo é por dependência administrativa repete-se o mesmo argumento, pois a grande maioria das pesquisas e programas de pós-graduação *stricto sensu* estão nas instituições públicas. Dessa forma, ao se considerar todas as áreas do conhecimento, as públicas representam 64% e na área da educação somam 73%.⁴ Na área de educação como um todo as públicas representavam 69% em 2019. BRASIL (2019).

GRÁFICO 4. DISTRIBUIÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - 1987 - 2019



Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.
Dados organizados pelos autores.

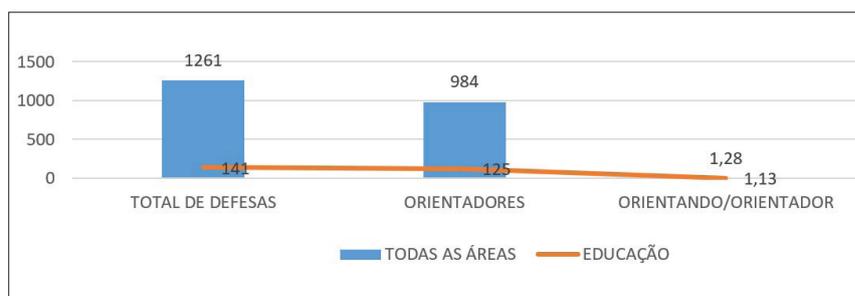
SOBRE AS ORIENTAÇÕES DE MESTRADOS E DOUTORADOS E A FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

O principal gargalo na produção de qualquer campo temático se dá pela falta de possibilidade de constituição de linhas de pesquisas fortes. Com poucos orientadores disponíveis para determinada temática, poucas vagas são abertas a cada ano. No caso das pesquisas sobre o sistema prisional podemos verificar que há uma grande

4 Para confrontar estes dados com os da Pós-graduação como um todo ver BRASIL (2020).

dispersão do número de orientadores. A taxa de orientando por orientador, no período de 1987 a 2019, é de 1,23, no entanto, na subárea da educação nas prisões, esta taxa é ainda um pouco menor sendo de 1,13 orientandos por orientador. Este dado por si só demonstra como a área tem dificuldades de sedimentação e reprodução da força de trabalho, sobretudo, quando se verifica mais detidamente este dado é possível perceber que daqueles que, defenderam teses sobre o sistema prisional, poucos continuam pesquisando na temática.

GRÁFICO 5. DEFESAS E ORIENTADORES - 1987 - 2019



Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.
Dados organizados pelos autores.

Do total de teses e dissertações para todas as áreas, apenas 5 orientadores levaram à defesa, cada um, mais de 6 orientandos e, na área da educação, somente um orientador, levou à defesa 6 dissertações ou teses. Considerando-se todas as áreas, 821 orientadores levaram à defesa apenas 1 trabalho e na educação nas prisões este número é de 115, ou seja, se 125 foi o total de orientadores nesta temática, conclui-se que apenas 10 foram responsáveis por mais de um trabalho defendido. Estes elementos reforçam em muito as dificuldades da área para se desenvolver.

TABELA 1. NÚMERO DE DEFESAS POR ORIENTADORES

DEFESAS	NÚMERO DE ORIENTADORES	
	TODAS AS ÁREAS	EDUCAÇÃO
1	821	115
2	106	8
3	29	0
4	15	1
5	8	0
6	2	1
8	1	0
10	1	0
11	1	0
TOTAL	984	125

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.
Dados organizados pelos autores.

Bem, se por orientador constata-se uma grande dispersão, por instituição na área de educação não é diferente. De um total de 68 instituições e 125 defesas no período, a taxa média de defesas por instituição é de 2, o dobro da taxa de defesa por orientador. No entanto, a análise atenta dos dados mostra que apenas em 5

instituições foram defendidas mais de 5 teses e dissertações, o que acrescenta fragilidades ao processo de formação de recursos humanos para a pesquisa.

TABELA 2. NÚMERO DE DEFESAS POR INSTITUIÇÃO – 1987 –2019

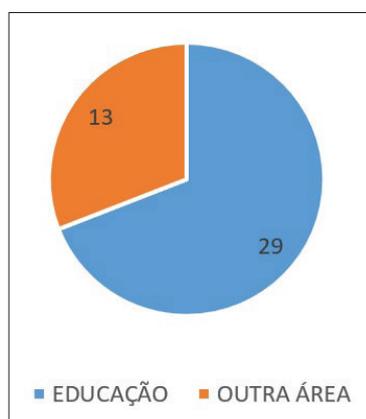
DEFESAS	INSTITUIÇÕES
1 trabalho	35
2 trabalhos	19
3 trabalhos	4
4 e 5 trabalhos	5
6 e 7 trabalhos	5

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.
Dados organizados pelos autores.

A FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

O foco a partir deste item será na formação de doutores para educação nas prisões. Na área de educação, no total foram 28 defesas de teses e mais 13 doutores que fizeram mestrado na área da educação nas prisões, mas que realizaram seus doutoramentos em outra área, ainda que com a temática prisional.

GRÁFICO 6. DEFESAS DE TESES DE TODOS OS QUE CONSTAM NO BANCO DE DADOS - 1987 -2019



Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.
Dados organizados pelos autores.

Essas 13 defesas de doutoramento foram encontradas através da análise do currículo lattes de todos os pesquisadores que haviam realizado seu mestrado na área da educação nas prisões.

Constata-se, na base de dados utilizada, que apenas 7 pesquisadores fizeram mestrado e doutorado na temática da educação nas prisões, de um total de 113 dissertações defendidas no período.

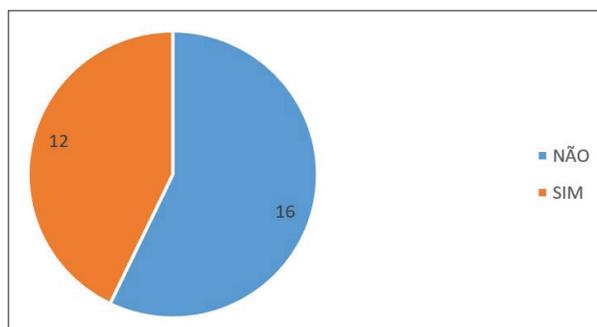
SOBRE OS DOUTORES EM EDUCAÇÃO NAS PRISÕES

Na busca por compreender se os 28 doutores formados para pesquisa sobre educação nas prisões estão atualmente inseridos no campo de investigação, são apresentados

a seguir indicadores de participação destes em grupos/linhas de pesquisa, suas contribuições para a publicação no campo nos últimos cinco anos e, se estão participando através da formação de novos quadros, seja no nível do mestrado ou do doutorado.

A análise dos currículos lattes dos 28 pesquisadores que fizeram doutorado, no período de 1987 a 2019, indica que apenas 16 deles continuam participando de algum grupo de pesquisa sobre a questão prisional que tem a educação como uma de suas linhas de pesquisa. Destes, apenas 4 são atualmente líderes de grupos de pesquisa registrados na Plataforma do CNPq.

GRÁFICO 7. DOUTORES QUE INTEGRAM GRUPOS DE PESQUISA - 2020

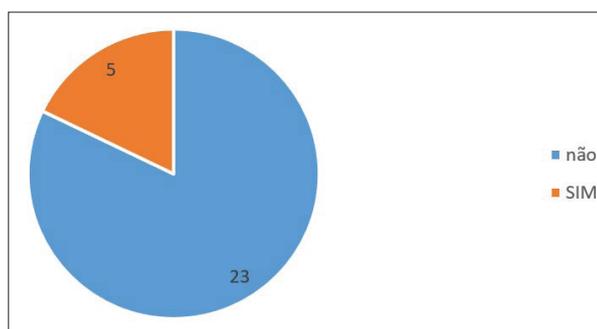


Fonte: Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Dados organizados pelos autores.

Dos 17 que defenderam suas teses nos últimos 5 anos, apenas 8 participam de grupos de pesquisa, o que demonstra que das 11 defesas anteriores ao ano de 2015, somente 4 continuam participando de grupos de pesquisa. Neste sentido, vislumbra-se então, mais um elemento que tende a dificultar o desenvolvimento científico da área, pois os dados indicam que os doutores continuam participando de um grupo de pesquisa por um período curto logo após a data da sua defesa.

Constatou-se, através da análise do currículo lattes que apenas 5 dos 28 doutores formados na temática educação nas prisões orientam, atualmente, mestrados ou doutorados.

GRÁFICO 8. ORIENTA MESTRADO OU DOUTORADO - 1987 - 2019



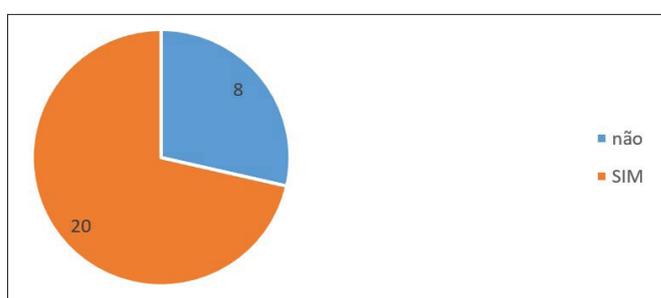
Fonte: Plataforma Lattes do CNPq. Dados organizados pelos autores.

Das 28 defesas ocorridas entre os anos 2001 e 2019, 17 delas foram defendidas nos últimos 5 anos. Deste grupo, apenas uma já está orientando mestrado. Os dados indicam que a capacidade de orientação específica para este grupo formado especificamente para educação nas prisões é muito limitada, já que dos 5 que

orientam atualmente, apenas 2 participam de programas específicos da área da educação. Dos outros 3, um já orientou 8 mestrados, mas apenas 1 sobre prisões, na área do direito. Um outro orienta mestrado em educação infantil e o terceiro, de 4 mestrados em orientação, apenas 1 é sobre o sistema prisional.

Quando se analisa as publicações recentes (últimos 5 anos) percebe-se que dos 28 doutores em questão constam publicações em educação nas prisões para 20 deles. É importante frisar que 12 destas defesas também ocorreram nos últimos 5 anos. Este dado permite entender que as publicações são realizadas logo após a data das defesas, ficando cada vez mais raras ao longo do tempo e, em alguns casos em que o doutor mantém publicação, o faz em outra temática.

FIGURA 9. DOUTORES QUE PUBLICARAM ARTIGOS (ÚLTIMOS 5 ANOS)



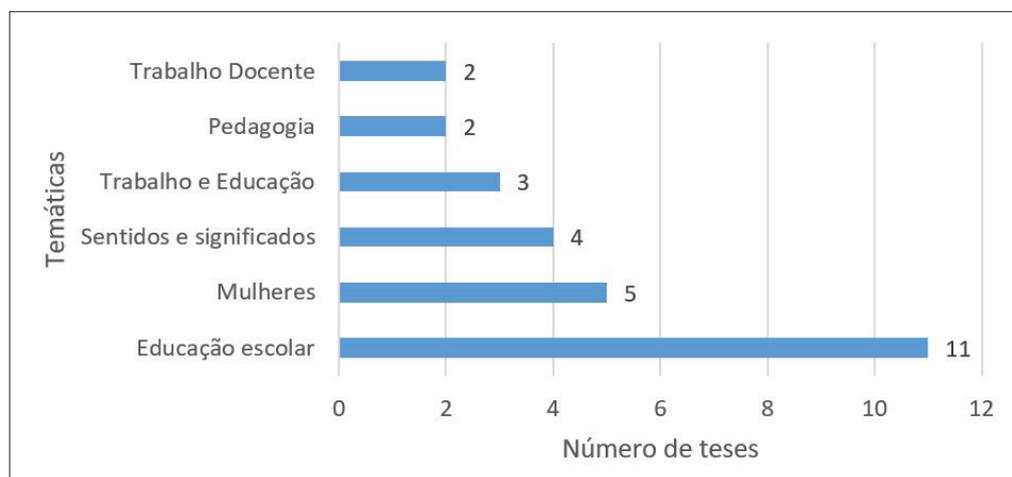
Fonte: Plataforma Lattes do CNPq. Dados organizados pelos autores.

SOBRE AS TEMÁTICAS DAS TESES

Para análise sobre o conteúdo das pesquisas considerou-se também apenas os 28 doutores que tiveram formação sobre educação nas prisões. Para a análise das temáticas foram estudadas as teses através de seus resumos e, quando pelo resumo não foi possível analisar a própria tese, é porque infelizmente, um fato recorrente nos trabalhos acadêmicos é que os resumos apresentados são frágeis e a escolha de palavras-chave, por vezes, demasiadamente aleatórias, dificultando qualquer tipo de classificação dos trabalhos. As temáticas indicadas, portanto, são aproximações dos autores buscando garantir coerência em relação ao todo. Como toda classificação, é limitada, e representa o entendimento dos próprios autores sobre o que percebem como mais essencial em seus trabalhos.

A maior parte das teses tem a educação escolar como temática principal (com enfoque em políticas públicas), com 11 teses. Em segundo, aparecem as teses que tratam de questões sobre o encarceramento feminino, seguido da temática que busca compreender os sentidos e os significados da educação no contexto prisional.

GRÁFICO 10. PRINCIPAIS TEMÁTICAS



Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.
Dados organizados pelos autores.

PRINCIPAIS OS OBJETIVOS DAS TESES

A análise da educação escolar no sistema prisional, na maior parte das teses, busca compreender os pressupostos educacionais emanados pelos postulados da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos espaços de privação e restrição de liberdade (EPRL) através da legislação educacional e da lei de execução penal.

As pesquisas também levaram em consideração o projeto educacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para o Brasil.

Uma das teses buscou analisar dialeticamente os processos de construção das políticas públicas em âmbito federal e como os poderes locais estabelecem suas prioridades para o atendimento da educação escolar nas prisões. A complexidade da gestão que se estabelece entre o poder federal e Estados e Municípios são objeto de análise constante das pesquisas que originaram as teses.

O emaranhado da produção de leis e resoluções e normas é analisado para perceber como os diversos atores que ofertam a educação escolar se movem num terreno movediço entre a execução da pena e os processos de ressocialização, sendo a educação escolar vista com maior potencial e, muitas vezes, frontalmente atacada pelos agentes de segurança impossibilitando a execução da política pública.

Uma das teses sobre educação escolar faz um recorte histórico nos anos 1950, para analisar os discursos, naquela época, na Bahia, sobre a necessidade de educar nos presídios, através de uma experiência específica.

Um outro elemento constante nas teses é a busca por analisar como apesar da dureza da execução da pena, a educação escolar pode efetivar-se como espaço de “liberdade” para a reconstrução dos sujeitos, ou seja, análises em perspectiva entre a cultura prisional e a cultura escolar. Cientes que se trata de um grupo de indivíduos discriminados e marginalizados socialmente, apostam na compreensão da escola como lócus de garantia de um direito fundamental e inalienável.

As mulheres presas e suas vulnerabilidades são apresentadas como uma justificativa para investir em pesquisas científicas no interior dos presídios onde estas

vulnerabilidades são elevadas a patamares impensados. Para isto, os objetivos das teses são, via de regra, a busca de conhecer quem são estas mulheres e quais as relações destas com a escola ou com a falta dela até a análise dos efeitos da estrutura patriarcal que faz com que as mulheres sejam abandonadas à sua própria sorte na prisão. Elas normalmente recebem apenas a visita das suas mães, seus companheiros as abandonam logo que são presas, embora muitas vezes eles mesmo sejam a causa do aprisionamento feminino.

Um desses trabalhos pauta a comunidade LGBT entendendo ser urgente a realização de pesquisas sobre este público, normalmente sub-escolarizado e discriminado.

As práticas educacionais frequentemente também se apresentam como argumento central para algumas teses, concentradas na análise dos limites institucionais do cárcere que produzem uma oferta insuficiente e uma qualidade, não raras vezes, bastante questionável.

Duas teses tratam dos processos educativos de crianças que vivem a infância no contexto prisional na companhia de suas mães que cumprem pena de privação de liberdade. Nesses trabalhos os autores buscam perceber como a vivência sob a custódia do Estado acarreta fortes repercussões para as suas identidades, mas ao mesmo tempo, mantem-se como a única forma de conservar o laço afetivo com a sua mãe.

Os limites e as possibilidades de progresso nos estudos de detentos-alunos também aparecem como um importante objetivo de investigação da subárea educação nas prisões, visando compreender a estrutura, o funcionamento, as normas, as regras, a conjuntura e as relações da prisão e da escola. A pesquisa é apontada como uma forma de dar voz aos que acabam por se tornar apenas um número de identificação para o Depen. Na escola, a ideia do delito pretérito não é aceita, para professores, todos são simplesmente alunos.

Os sentidos e os significados atribuídos pelos alunos à escola ensejam à percepção de como os sentidos biográficos foram construídos através das experiências e aprendizagens (re) construídas na escola da prisão.

A análise do trabalho docente em prisões tem sido um objetivo frequente nas pesquisas de doutoramento, sobretudo, sobre a tentativa de compreender como é tornar-se professor nos espaços de privação de liberdade, já que não existe esta ênfase nos cursos de licenciatura, e quando muito, são pessoas que fizeram alguma formação em educação de jovens e adultos que acabam “escolhendo” trabalhar nas penitenciárias. Como estes professores conseguem desenvolver os saberes necessários para o exercício da docência, neste contexto e, como conseguem, trabalhar habilidades como autonomia e independência com alunos que estão justamente privados do seu querer individual, submetidos ao processo cotidiano de aniquilamento de sua subjetividade? O projeto de remição da leitura é investigado como um dos elementos educacionais mais promissores nesta busca por liberdade intelectual de alunos(as) presos(as).

O trabalho, associado à educação é sempre apresentado como uma das possibilidades de desenvolvimento dos(as) presos(as) para uma reintegração na sociedade após sua liberdade. Nesta problemática são frequentes as pesquisas ancoradas na dimensão da relação capital-trabalho como eixo central das análises, refletindo sobre o caráter da exclusão social e como, mesmo em condições tão penosas, pode garantir processos de qualificação profissional que colaborem como

ressocialização dos indivíduos privados de liberdade. Nestes casos, a experiência das APACs torna-se um campo de estudos fecundo.

SOBRE AS METODOLOGIAS ESCOLHIDAS

Todas as pesquisas de doutorado analisadas fizeram a opção pela pesquisa qualitativa, poucas delas apresentando alguma análise de dados estatísticos. A maior parte tem como base conceitual os textos de Marconi e Lakatos (1991), entendendo a pesquisa científica como aquela que vai desvendar a realidade através de um método reflexivo. Há um entendimento geral que os achados das pesquisas são parciais e reproduzem um momento dado das relações sociais no interior do cárcere e na sua conexão com a educação.

Os instrumentos utilizados, não fogem de outras pesquisas na área de educação, são majoritariamente a observação, dita participante ou não, e as entrevistas semiestruturadas. No caso do cárcere, a execução destes processos se vê atravessada pela dinâmica do controle interno e da segurança que impactam de forma indelével as possibilidades de ampliação das investigações.

A questão da suposta necessidade de neutralidade do pesquisador na execução dos procedimentos metodológicos não se faz presente em boa parte do trabalho, porque como já exposto antes, quem pesquisa sobre prisões tem algum tipo de engajamento social e pessoal com a problemática dos direitos humanos, sendo impossível que o pesquisador tenha a possibilidade de distanciamento suficiente com o objeto investigado. Entrar na dinâmica das vidas destes tão sofridos personagens é como um soco na boca do estômago, impossível passar incólume por este processo. Basta fazer uma visita a um presídio para que a indignação de tão duro tratamento passe a ser considerado como problemática central da investigação.

A perspectiva metodológica da etnografia, aparece como a opção de uma parte significativa das pesquisas, normalmente associadas aos recursos da história oral e de vida, no que se refere à vida pregressa ao aprisionamento. O problema detectado aqui, do ponto de vista metodológico é que, de um lado, entende-se os(as) apenados(as) como simples frutos da exclusão social e das condições de manutenção da vida, sobretudo, em lugares dominados pelo tráfico de drogas, isentando-os, em certa medida, por suas “escolhas”, ou por outro lado, fazendo um discurso que reforça a visão do apenado como digno de “pena”, o que não ajuda na busca de reconstrução de suas subjetividades resilientes e transformadoras, papel fulcral da educação nesse contexto..

Para superar estas dificuldades de análise os pesquisadores utilizam como referência textos de Pierre Bourdieu, como por exemplo, o chamado “A ilusão Biográfica” (BOURDIEU, 2000), que demonstra que as histórias de vida não são um todo contínuo, mas são sim compostas por uma série de escolhas ou imposições que direcionam os sujeitos para caminhos muito diferentes. No caso da prisão, à primeira vista, pensa-se que existiria uma continuidade em tornar-se delinquente e a prisão, no entanto, isto não se faz desta forma. Quando se trata do sexo feminino, uma parte das presas acaba nesta situação por conta do que se convencionou chamar de efeitos do amor, pois em muitos casos são os parceiros que ao serem presos, buscam que suas companheiras deem continuidade aos trabalhos com o tráfico de drogas.

Pouco representativa nas pesquisas é a utilização do ‘paradigma indiciário’ que busca nos dados marginais, nos detalhes, nos vestígios e sinais as formas de explicar uma realidade. Utiliza-se assim, muitas fontes documentais, como leis, resoluções, relatórios e fontes de observação do próprio pesquisador e testemunho dos investigados. A tentativa aqui é submeter estes elementos a uma análise heurística da realidade.

SOBRE OS PRINCIPAIS RESULTADOS

Um dos resultados mais perseguidos pelas teses em análise diz respeito à busca de superação da obsolescência das condições estruturais dos presídios e da lógica de subjugação de presos(as) para que adquiram rapidamente uma nova cultura nas relações sociais, voltadas à submissão e à dependência. A educação escolar aparece como um dos elementos que buscam alertar os sujeitos e o próprio Estado pelo cumprimento racional da pena, que atenda as questões de segurança, mas que também garantam os direitos inalienáveis dos brasileiros, mesmo que daqueles privados de liberdade.

É imperativo às pesquisas do campo temático também levar em consideração a cultura das classes subalternas para esta parcela na qual o direito à educação tem sido adredemente negado. Almeja-se assim, quase que desesperadamente, por modelos de ofertas da educação escolar para este público, entretanto, reconhece-se que são pouco os avanços, e na maior parte das vezes, fruto de movimentos voluntaristas de professores e, até mesmo, de pesquisadores. Nota-se claramente nas teses a noção de militância aguerrida pelos direitos humanos, o que não invalida o esforço de investigações realizadas, mas demonstra claramente que é praticamente impossível indagar um campo tão duro, sem que se desenvolva uma certa empatia com o sofrimento de tanta gente excluída e comumente esquecida.

As teses demonstram, também, as dificuldades de acesso ao campo. As entrevistas e observações em muitos casos somente podem ter suas respostas anotadas em diários de campo, pois há por vezes limitação ou até impedimento que se utilize equipamentos para gravação. Este esforço de investigação claramente carece de apoio institucional capaz de facilitar o acesso ao campo de pesquisa e aos próprios detentos.

Um importante fator para análise do cotidiano das prisões está na compreensão de seus códigos morais, regras, resoluções e memorandos que, em muitos casos, estão amalgamados em regramentos implícitos, dificultando assim que o pesquisador, como aquele ente externo ao sistema consiga em pouco tempo refletir sobre as relações sociais no interior dos presídios. Sem falar que essas relações e a iminência de instabilidade é uma constante incógnita nesse quadro. Elementos, sinais ou ordens que advêm da segurança interna do presídio, por vezes podem soar como enigmáticas ou incompreensíveis para os pesquisadores, mas simplesmente podem definir que chegando ao presídio o mesmo tenha a pretensa normalidade do seu trabalho de pesquisa interrompido, já que, do “nada” pode vir uma ordem da segurança de que nenhum detento deverá deixar a cela.

Uma boa parte das teses reflete sobre o dilema entre a relação com o crime, a pena e o encarceramento, de um lado, e de outro o direito do(a) apenado(a) ao acesso à educação escolar, como elemento virtuoso da ressocialização de presos(as). Entretanto, as pesquisas reforçam que os sujeitos em questão foram de certa forma vítimas de ações discriminatórias em sua vida pregressa ao ingresso no sistema prisional. Viviam em um universo de relações fragilizadas na estrutura familiar e

muitas vezes, desde cedo, aliciados pelo tráfico. A educação é analisada sempre na perspectiva de possibilidade de regaste, incorrendo frequentemente numa pesquisa com um certo caráter messiânico, de salvadora dos alunos-presos.

A pesquisa científica leva uma parte dos pesquisadores a reconhecerem este discurso messiânico, identificado quase sempre como de caráter religioso ou moral, no entanto, o que se comprova é que apesar da ideia central de que os(as) presos(as), através da escola, possam pensar na construção de projetos de vida, a falta de continuidade, o preconceito e a violência moral e física dificultam as possibilidades de transformação. Constata-se que, por vezes, parece aos pesquisadores que os professores (obviamente nem todos) são os únicos que se preocupam em educar e transmitir um pouco de afeto com os(as) detentos(as).

CONCLUSÕES

Pode-se constatar, nesta primeira fase de nossa investigação, que as dificuldades para o desenvolvimento da área de educação nas prisões são inúmeras. A pouca densidade de formação de recursos humanos é agravada pelo fato de que os poucos formados são muitas vezes cooptados por outras temáticas, que já são mais presentes dos programas de pós-graduação em educação.

Tendo em vista a dispersão de orientadores pode-se cogitar que as problemáticas da educação nas prisões quando aparecem nos programas de pós-graduação em educação advêm de uma proposta de pesquisa, que não está relacionada à linha de pesquisa do orientador, mas às interfaces, principalmente com o campo de educação de jovens e adultos e de política educacional que acabam aceitando a interlocução e a referida orientação.

Não há menosprezo ao esforço do conjunto de orientadores não especializados em educação nas prisões, muito pelo contrário, graças a eles temos uma formação mínima de recursos humanos, mas o campo precisa avançar, seja constituindo grupos de pesquisas amplos que possam fomentar linhas de pesquisa próprias nas pós-graduações em educação ou através de um esforço nacional, constituindo novos mestrados e doutorados específicos, o que possibilitaria aumentar a oferta de formação, ao mesmo tempo em que seriam abertas vagas para professores de pós-graduação na temática da educação nas prisões.

Na próxima etapa desta pesquisa, tem-se como objetivo aprofundar o conhecimento de cada pesquisador que fez mestrado ou doutorado em educação nas prisões verificando quais foram os impasses individuais e coletivos para que continuassem sua formação. Verificou-se preliminarmente pela análise do Lattes, que muitos que fizeram doutorado em educação nas prisões, acabaram por fazer concursos para o magistério superior em áreas muito diferentes, como por exemplo, para educação infantil.

Após a criação do ONASP, em 2012, ficou perceptível um pequeno movimento rumo ao fortalecimento dos grupos de pesquisa, chegou-se a cogitar inicialmente a criação de um mestrado profissional em educação nas prisões, mas que, por uma série de motivos, esta proposta não recebeu o encaminhamento necessário.

Verifica-se também um movimento de pesquisadores que na sua trajetória não tiveram formação específica para educação nas prisões, mas que passam a assumir este campo temático. Um indicador deste movimento seria o recente incremento de grupos de pesquisas que tratam das problemáticas das prisões, coordenados

por pesquisadores que migraram de outros temas e que hoje passam a se dedicar exclusivamente aos problemas afeitos à educação e ao encarceramento.

Nos próximos dois anos, serão aprofundados os indicadores aqui apresentados, como forma de melhor qualificar o campo da educação nas prisões, através da compreensão das trajetórias daqueles que em algum momento foram confrontados com a problemática e abandonaram precocemente no nível do mestrado ou, mesmo, tendo realizado seus doutorados, partiram para outras temáticas. Serão também identificados os pesquisadores-orientadores que migraram de outras problemáticas e que atualmente orientam dissertações e teses sobre educação nas prisões. No final, serão analisadas a produção científica do campo nos últimos cinco anos.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Coord.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000. p. 183-191.

BRASIL, **Distribuição de Programas do Região**, Brasília: Capes, 2020. <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/#> ATUALIZADO EM 27 DE MAIO DE 2020a.

BRASIL, **Distribuição de Programas por Status Jurídico**, Brasília: Capes, 2020b. <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/#> ATUALIZADO EM 27 DE MAIO DE 2020.

BRASIL. **Documento da área: Educação**. Brasília: Capes, 2019. Acessado em 20 de novembro de 2020. <http://www4.fe.usp.br/wp-content/uploads/pos-graduacao/documento-de-area-educacao-2019.pdf>

CASTRO, Rosane Michelli de. A Pós-Graduação em Educação no Brasil: Alguns Aspectos à Luz de Estudos Realizados na Área. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 28, n. 04, p. 263-287, dez. 2012.

CURY, C. R. J. Quadragésimo ano do parecer CFE n. 977/65. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.30, p.7-20, set./dez. 2005.

FIDALGO, Fernando; FIDALGO, Nara (orgs.). **Sistema prisional: teoria e pesquisa**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2017. 441 p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Data da submissão: 23/06/2023

Data da aprovação: 12/07/2023